

PERCEPÇÃO DA CRIANÇA ACERCA DA AGRESSÃO FÍSICA INTRAFAMILIAR

Mirna Albuquerque Frota*
Helena Flávia Costa Martins**
Lucy Magalhães Pereira Gonçalves***
Oswaldo Albuquerque Sousa Filho****
Cíntia Freitas Casimiro*****

RESUMO

A pesquisa investiga a percepção da criança acerca da agressão física da qual esta é vítima no meio familiar. O estudo é exploratório-descritivo com abordagem qualitativa e foi realizado no período de abril a novembro de 2007, em uma casa-abrigo que atende crianças e adolescentes em caráter emergencial, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará. Os informantes foram crianças vítimas de violência física no meio familiar. Os instrumentos de coleta foram a observação e a entrevista semi-estruturada. Realizou-se a análise temática de acordo com a convergência das falas, das quais resultaram três categorias temáticas: (1) Instrumento da agressão; (2) Motivo da agressão; e (3) Significado da agressão. Os resultados permitiram perceber que as crianças sentem medo, tristeza, dor, desamparo e revolta em relação aos agressores. Conclui-se que o sentimento predominante nas vítimas de maus-tratos físicos é o medo de nova agressão, das consequências da denúncia, do desmembramento da família, do destino após a condição de abrigadas, o que pode deixar-lhes sequelas que nunca se apagarão e as farão lembrar momentos difíceis vivenciados na infância.

Palavras-chave: Agressão. Criança. Família. Violência Doméstica.

INTRODUÇÃO

A violência é considerada uma ação desencadeada por indivíduos ou grupos, e pode ser física, sexual ou psicológica e fruto de negligência ou omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família. É física quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força ou instrumentos que podem causar lesões; é sexual quando uma pessoa obriga outra à realização de práticas sexuais contra a vontade; e é psicológica quando a ação ou omissão causam ou visam causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa⁽¹⁾.

No Brasil, o conceito de violência contra crianças e adolescentes tem por base a teoria do poder, e se caracteriza como força exercida por uma pessoa que a tem e a exerce para alcançar objetivos/vantagens. Nesse caso, estrutura-se um processo de dominação, uma vez que o dominador, utilizando-se de coação/agressões,

faz do dominado objeto para “ganhos”, e este, conseqüentemente, tem seus direitos negados e sua identidade desestruturada⁽²⁾.

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência publicou estatística efetuada sobre 1.169 casos de violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, destacando que a agressão física atinge o índice de 65%, sendo o agressor um parente (93,5%), em geral a mãe (52%). A cada ano, de três a dez milhões de crianças no mundo sofrem violência doméstica⁽³⁾.

Nesses casos, em razão dos sentimentos de medo e timidez ocasionados pela agressão física, há a relutância do familiar em denunciar as agressões, mantendo o agente agressor na impunidade e aumentando a vulnerabilidade do agredido. Além disso, como o agressor, muitas vezes, está ligado à criança e reside no mesmo domicílio, o qual deveria ser seguro, propiciador de cuidados, carinhos e atenção, torna-se um ambiente perigoso, que afeta a vida da criança

* Enfermeira. Doutora pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem e do Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. E-mail: mirnafrota@unifor.br.

** Enfermeira. Programa de Saúde da Família – PSF. Fortaleza-CE. Brasil. E-mail: helenafaviacosta@gmail.com.

*** Enfermeira do Hospital Geral de Fortaleza – HGF. Fortaleza-CE. Brasil. E-mail: lucympg@gmail.com.

**** Enfermeiro assistencial do Instituto Dr. José Frota. Professor do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza – FGF. Mestre em Educação em Saúde. Fortaleza-CE. Brasil. E-mail: osvaldoasf2005@oi.com.br.

***** Enfermeira do Hospital Geral de Fortaleza – HGF. Fortaleza-CE. Brasil. E-mail: xintia_freitas@hotmail.com.

nos aspectos psicológico, comportamental, acadêmico, sexual, interpessoal e espiritual.

De acordo com o Art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Assim, a esse grupo são assegurados direitos especiais, ou seja, ao mesmo tempo em que deve ser protegido, precisa ser respeitado, devido à sua condição humana de estar em desenvolvimento físico, moral e psicológico⁽⁴⁾.

Com o ECA, os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra a criança e o adolescente devem ser notificados obrigatoriamente, a fim de se intensificar o linking entre a área da saúde e o sistema legal, formando a rede multiprofissional e interinstitucional da atuação, fundamental nesses casos, por permitir, sobretudo, a proteção da criança⁽⁵⁾.

A criança inserida em um contexto de maus-tratos, em especial no âmbito intrafamiliar, apresenta-se vulnerável a situações de risco que o meio proporciona, com o agravante de que esta fase é o alicerce para o desenvolvimento e a formação de sua personalidade. Neste aspecto, a agressão física requer abordagem de equipes interdisciplinares na avaliação, diagnóstico e tratamento, tendo a enfermagem relevante papel na educação ao propor à família outro modelo de relacionamento com a criança. Faz-se importante refletir acerca da inserção do enfermeiro na questão da violência intrafamiliar e da necessidade de aprofundar o tema, com vista a adquirir subsídios para que profissionais de saúde atuem no sentido de minimizar esse problema.

Desta forma, a pesquisa teve o objetivo de investigar a percepção da criança acerca da agressão física da qual é vítima no meio intrafamiliar.

METODOLOGIA

O estudo é exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e foi realizado em uma casa-abrigo de Fortaleza-CE, que atende crianças e adolescentes em caráter emergencial, por se encontrarem submetidos à situação de abandono, vítimas de maus-tratos, negligenciados ou

perdidos, enquanto são efetuadas as medidas necessárias à solução do problema.

Os informantes foram seis crianças de 6 a 12 anos de idade, vítimas de violência intrafamiliar, que estavam em acompanhamento por profissionais atuantes na instituição. O ECA⁽⁴⁾ preconiza que a pessoa até 12 anos de idade incompletos é considerada criança e aquela entre doze e dezoito anos de idade é adolescente.

A coleta de dados ocorreu no período de abril a outubro de 2007, tendo como contato inicial a realização de visitas semanais ao campo de pesquisa. Nessas visitas foram feitas consultas prévias aos cadastros das crianças fornecidos pela instituição para uma pré-seleção, sendo identificadas as que se adequavam ao objetivo da pesquisa. Estas participaram da pesquisa espontaneamente, após a autorização da coordenadora da instituição, na qualidade de representante legal das crianças.

De acordo com a visita aprazada, efetuou-se a entrevista, composta pelas perguntas norteadoras “Por que você acha que foi agredida?” e “Qual o seu sentimento pelo agressor?”. Foram utilizados, além da técnica de entrevista semi-estruturada, os registros no diário de campo, observação livre e uso adicional de gravador, para elas revelarem seus comportamentos e sentimentos e se obter um registro dos relatos. Ressalta-se que as entrevistas ocorreram com a presença da psicóloga da instituição que acompanha essas crianças, portanto os cuidados e as medidas adotadas pelos pesquisadores evitaram riscos à integridade emocional das crianças.

Foi solicitada e obtida a concordância da representante legal das crianças, conforme preconiza a Resolução n.º 196/96, do Conselho Nacional de Saúde⁽⁶⁾ sobre pesquisa envolvendo seres humanos, especificamente crianças, a qual solicita justificativa clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (COÉTICA), da Universidade de Fortaleza (Unifor) e por ele aprovada mediante o Parecer n.º 205/2007.

Após a transcrição na íntegra das falas e leitura detalhada destas e do diário de campo, as entrevistas foram organizadas de acordo com as convergências das falas, que foram embasadas em literatura relacionada com a temática⁽⁷⁾.

Deste modo, núcleos temáticos foram identificados, emergindo as categorias: Instrumento da agressão; Razão da agressão; Significado da agressão.

Para viabilizar o sigilo, as seis crianças participantes foram identificadas como C1, C2 (...), C6.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos informantes

No que se refere à idade dos infantes na ocasião da coleta de dados, três tinham seis anos, dois tinham 12 anos e um tinha sete anos de idade. Cinco eram do sexo feminino. Quanto à escolaridade, duas não estudavam e quatro cursavam o ensino fundamental. Entre as seis crianças, três haviam sido agredidas por familiares com histórico de etilismo, duas por pais adotivos e outra supostamente pela mãe e padrasto, pois foi um caso de denúncia de vizinhos.

Instrumento da agressão

Os instrumentos utilizados durante a agressão física retrataram a dimensão da violência física infringida à criança. Geralmente os agressores fazem uso de objetos que eles sabem serem capazes de causar danos à criança, mas cujo poder de ferir e destruir eles podem ter dificuldade em mensurar em momentos de alteração emocional, como a raiva.

[...] ela me bate de pau nas minhas costa [...] (C1).

[...] ela bate com escova de cabelo [...] (C2).

A utilização de instrumentos para coagir o filho tem sido revelada desde as primeiras famílias brasileiras. A base das relações familiares era a disciplina rigorosa, mantida com castigos físicos, muitas vezes cruéis, com a aprovação da Igreja. Essa forma de educar, de exercer o poder, passou por vários regimes políticos brasileiros, mantendo-se até a atualidade, pois a transmissão de estilos agressivos entre as gerações ocorre, em especial, por influência cultural e religiosa^(3,8).

A violência ocorre muitas vezes em um espaço privativo, no lar, ambiente de poder incondicional, no qual relações adultocêntricas são exercidas autoritariamente por pais que julgam o que é melhor, o que “é para o seu

próprio bem”⁽⁹⁾. Assim, as práticas de castigos corporais como a palmada e a surra com chicote ou outros objetos são consideradas normais, aceitáveis socialmente e usadas como justificativas para a correção, como atos disciplinares amparados, sempre, na figura do pátrio poder.

Apesar de algumas crianças possuírem no corpo marcas ou sinais poucos perceptíveis do objeto utilizado durante os maus-tratos, percebe-se o trauma que sofreram pelas experiências dolorosas vivenciadas, as quais produzem significados negativos para a vítima.

[...] ele bate em mim com tira de sofá, tira de pneu (C3).

[...] o namorado dela (mãe) também bate nela [...] uma vez ele tentou me matar porque eu me meti no meio deles. Ele passou a faca no meu braço! (C4).

Para os vitimados, os instrumentos usados na agressão são considerados absurdos, pois no relato foi possível observar a mudança na voz, soando como gritos de socorro, os quais devem ser reflexo de castigos como golpes com a escova de cabelo, a qual deveria ser usada para o cuidado e higienização e no cotidiano, torna-se arma. A faca, utilizada para o preparo dos alimentos, passa a ser uma ameaça para a vida, ou mesmo o pau que serve para construir, destrói e/ou machuca o corpo de um ser indefeso.

Dependendo dos mecanismos utilizados, o risco de maiores lesões a criança se eleva, crescendo nos centros hospitalares o número de agravos à saúde da criança. Ressalta-se que algumas agressões se tornam imperceptíveis externamente, porém não são menos graves, podendo provocar futuras incapacidades físicas ou mentais.

Em virtude da reincidência das agressões, muitas sequelas poderão vir a se desenvolver, pois as forças impostas pelo adulto agressor são maiores do que o que esta criança poderia suportar⁽¹⁰⁾. A punição corporal é fator significativo no desenvolvimento de comportamentos violentos e está associada a outros problemas na infância e fases posteriores da vida.

Motivo da agressão

A violência cometida no meio intrafamiliar encontra-se presente em qualquer condição

socioeconômica, independentemente de raça, cor, credo e cultura, e embora permeie diferentes classes sociais, aquelas praticadas contra pobres são as mais denunciadas ao poder do Estado, quando estes vivenciam violências, o que aparece, em um primeiro momento, como fenômeno próprio⁽¹¹⁾.

As crianças do estudo são provenientes de famílias de condições financeiras precárias, filhos de pais maltratados pela vida, e trazem consigo uma carga de desesperança, ou então de conformidade com as condições impostas por seus cuidadores em relação aos maus-tratos sofridos. Observou-se que o contexto cultural e social vivenciado cria valores e modos de vida, repercutindo no desenvolvimento da criança.

Na gênese da violência contra crianças há uma complexa interação de fatores de risco, de caráter social, familiar ou individual, entre os quais se destacam a pobreza, o isolamento social, conflitos familiares, divórcio, famílias monoparentais, abuso de drogas, desintegração de grupos familiares ou de apoio, resultantes da migração, baixa autoestima, enfermidades psiquiátricas, história de abuso físico por parte de pelo menos um dos pais, entre outros⁽³⁾.

O abuso físico demonstra a fragilidade das relações e a vulnerabilidade da família. Muitas vezes a agressão ocorre devido ao desconhecimento de formas alternativas para disciplinar ou repreender, e, em razão dos costumes desde muito adquiridos e perpetuados por gerações, os pais aplicam a violência como a única maneira de punir que eles conhecem.

A criança chorar ou quebrar objetos é o estopim para o conflito, levando a novas agressões. Os filhos tornam-se válvulas de escape, ou seja, pessoas sobre as quais é possível extravasar emoções, raivas e revoltas. Sendo assim, a prática da violência física é realizada de forma contínua e, na maioria das vezes, indiferente aos agressores. As vítimas acreditam que a agressão foi merecida e que são responsáveis pelo sofrimento.

Porque eu faço coisa errada [...] teve um dia que quebrei um copo quando fui lavar, e ela (mãe) me bateu (C5).

Ela (mãe) me dá palmadas quando eu faço coisas erradas (C6).

De acordo com as falas expostas, essas crianças são punidas fisicamente para serem

disciplinadas e percebem que “fazem coisas erradas”, justificando que se julgam merecedoras da agressão. O comportamento de punir é reforçador tanto para os pais quanto para os filhos, o que promove a formação de um círculo vicioso⁽¹²⁾.

Um dos fatores de agressão é o consumo excessivo de bebidas alcoólicas no contexto familiar. As crianças cujos pais eram etilistas ressaltaram maior agressividade destes quando em estado de embriaguez.

Porque o pai bebe todo dia e ele fica violento [...] aí eu respondo ele e ele não gosta e bate em mim (C3).

Ela (mãe) bate em mim quando está bêbada [...] e troca a comida que a gente ganha por cachaça (C4).

O uso abusivo de álcool e de outras drogas é considerado desencadeador de maus-tratos. Os adeptos tornam-se agressivos e impulsivos, podendo executar ações sem avaliar consequências. Geralmente, pais provindos de famílias cujas características revelem descaso ou violência são usuários de álcool ou de substâncias entorpecentes e tiveram experiências de maus-tratos quando crianças⁽⁹⁾.

Significado da agressão

A violência física intrafamiliar contra a criança produz sentimentos como desamparo, medo, culpa, raiva e outros, que podem se transformar em revolta contra o agressor. Desvios de comportamento, como agressividade e depressão, não comuns na infância. As crianças demonstraram alguns desses sentimentos, por vezes até associados, e levam em sua história dores que não são curadas com medicação.

Eu gosto da minha mãe [...] quero ficar com ela [...] tenho saudade dela [...] mas eu tenho raiva do namorado dela [...] (C4).

As relações familiares, especialmente aquela entre mãe e filho, constituem referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior tomou a família como o locus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou, ao contrário, como o núcleo

gerador de inseguranças, desequilíbrios e desvios de comportamento⁽¹³⁾.

Sendo assim, a família é o fator de maior influência no contexto do desenvolvimento da criança, do adulto e da sociedade. Viver em ambiente amoroso e acolhedor favorece a aquisição de uma boa personalidade. Descendentes de pessoas dadas às práticas violentas provavelmente gerarão indivíduos com desvios de comportamento, estendendo-se assim a cultura da violência por várias gerações. Ressalta-se que, esta é apenas uma perspectiva, existindo outras que a ela se contrapõem.

A agressão exercida por um dos pais contra o filho pode comprometer a organização da personalidade da criança e resultar em sintomas psicopatológicos, doenças psiquiátricas e fisiológicas, comprometendo-lhe principalmente a autoestima e estimulando nelas a prática de atos de violência. Estas crianças têm história pessoal de problemas de apego, com ausência ou fragilidade nos vínculos⁽¹⁴⁾.

Em relação à responsabilidade, é comum a criança que sofre violência acreditar ser a causadora do sofrimento por ser desobediente ou má, assim como perceber-se desvalorizada ou incapaz de oferecer algo bom, e por isso ser maltratada ou negligenciada. A violência constitui uma das principais causas de sofrimento psíquico e de adoecimento físico e mental, que ocorrem de forma lenta, em especial nos "lares"^(9,15).

Na aplicação da punição corporal pode ocorrer associação entre a dor que a criança sente e o amor que lhe dedicam os pais. A agressão é acompanhada por discurso dos pais de que amam a criança e batem para o seu bem⁽¹²⁾. Assim, a associação entre a dor e o amor retrata o discurso:

Eu gosto [...] ela (mãe) é boa, porque ela brinca comigo de boneca [...] dá muitas coisas. E o meu padrasto tem paciência comigo (C5).

Gosto só um pouquinho do meu pai [...] eu passo a tarde chorando com saudade da minha avó (C3).

Apesar da agressão, muitas crianças possuem sentimento de amor aos pais e acreditam que a surra ou o castigo são aplicados com boa intenção, e, apesar das amarguras existenciais, não perdem a capacidade de amar. A criança, mesmo conhecendo os erros cometidos pelos pais, ainda os consideram como mercedores de

apoio^(12,16). Outras apresentam medo de recidivas na agressão e negam ter sofrido violência, embora muitas vezes seu corpo marcado indique que esta de fato ocorreu.

Além disso, deve-se considerar que até a criança conseguir relatar a violência à qual vem sendo submetida tem transcorrido tempo, proporcionando o risco de desenvolver problemas no âmbito emocional, físico e psicológico, o que torna imprescindível propor estratégias de prevenção junto às escolas, profissionais e comunidades no sentido de alertar para sinais da violência em razão da dificuldade em denunciar o evento⁽¹⁷⁾.

O medo de agressões posteriores pode acarretar o abandono do lar e a fuga para um destino desconhecido, pois a criança julga adquirir segurança longe do ambiente de violência. Muitas crianças são separadas da família porque certos comportamentos inconsequentes dos pais ou cuidadores são considerados inaceitáveis. O ECA⁽⁴⁾ preconiza que é dever da família assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. A punição corporal persiste na atualidade pelo efeito imediato, ou seja, a criança tem o comportamento suprimido, por isso o agressor a julga eficaz.

Quando eu voltar pra casa eu nunca mais vou responder ele (pai) (C3).

Comportamentos de contra-ataque, apatia ou fuga e esquiva para livrar-se da punição corporal podem ocorrer, e neste caso as crianças deixam de manifestar o comportamento punido, pelo menos quando os agentes agressores estão por perto, não por disciplina, mas para escapar dos tapas e surras⁽¹⁸⁾. Neste contexto se faz necessária a promoção efetiva da saúde, por meio da articulação de ações ligadas à educação, à habitação, ao serviço social, aos cuidados primários em saúde e sobretudo à legislação e a medidas voltadas às necessidades da população⁽¹⁸⁻²⁰⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a criança no âmbito familiar é muitas vezes decorrente de uma

cultura disciplinadora transmitida ao longo de gerações. Às vezes em sua infância os autores da violência foram vítimas das mesmas agressões. Sabe-se que a violência gerada no lar influencia o desenvolvimento da criança e lhe traz graves consequências emocionais, o que revela a necessidade de medidas efetivas da sociedade para preveni-la, pois o responsável, em geral está próximo da vítima e em geral são os próprios pais, ou, quando não, pessoas que têm a responsabilidade legal por ela. Este vínculo, contudo, não é suficiente para minimizar as agressões contra o infante, fazendo-se necessário o planejamento e implementação de programas de prevenção, visando à valorização dos direitos da criança.

Os causadores da agressão física se utilizam de diversos objetos para correção das atitudes da criança e com isso agravam suas condições de saúde. Além da força bruta, impulsionado pela raiva/intolerância com o comportamento do infante, o agressor lança mão de instrumentos que podem trazer graves lesões às crianças, as quais não possuem estrutura para suportar tais atos de violência.

A agressão física desperta na vítima sentimentos de medo, tristeza, dor e desamparo, tornando-se incompreensível que os violentadores não dominem o sentimento de ira contra a criança. Além disso, as condições em que vivem muitas famílias, como a pobreza, o álcool e as drogas, ensejam situações que facilitam a violência física intrafamiliar.

O uso abusivo de bebidas alcoólicas como fator desencadeante da violência, apresenta significado distorcido para a criança vítima, a qual se considera culpada e merecedora dos maus-tratos. Os autores da violência, por sua vez, apresentam dificuldades em controlar emoções e limitações quanto à aplicação da correção que impõem aos menores, pois consideram a agressão como prática educativa e de formação de comportamentos.

Conclui-se que o sentimento predominante nas vítimas de maus-tratos físicos é o medo da nova agressão, das consequências da denúncia, do desmembramento da família, do seu destino após a condição de abrigadas, o que pode deixá-lhes sequelas que nunca se apagarão e as farão lembrar momentos difíceis vivenciados na infância.

A CHILD'S PERCEPTION ON INTRA-FAMILY PHYSICAL AGGRESSION

ABSTRACT

The research investigates the child's perception about the physical aggression when he/she is the victim in the family environment. Descriptive exploratory study with a qualitative approach, carried out in a shelter home that serves children and adolescents in an emergency, located in Fortaleza, Ceará, from April to November 2007. The informants were children victims of physical violence within their own families. The data collection instruments were participant observation and semi-structured interview. The results provide an understanding that children have feelings of fear, sadness, pain, helplessness and disgust toward the perpetrators. It was concluded that the prevailing feeling in the victims of physical abuse is the fear of further aggression, fear of the consequences of the complaint, the disintegration of family, concern regarding their fate after being sheltered. These aspects may leave scars that will remain and will possibly remind them for life, the difficult moments experienced during childhood.

Keywords: Aggression. Child. Family. Domestic Violence.

PERCEPCIÓN DEL NIÑO ACERCA DE LA AGRESIÓN FÍSICA INTRAFAMILIAR

RESUMEN

Se investiga la percepción del niño víctima de agresión física en el medio familiar. El estudio es exploratorio-descriptivo, con abordaje cualitativo y fue realizado en el período de abril a noviembre de 2007, en una casa-abrigo que atiende niños y adolescentes en carácter de emergencia, localizada en la ciudad de Fortaleza, Ceará. Los informantes fueron niños víctimas de violencia física en el ambiente intrafamiliar. Los instrumentos de recogida fueron la observación y la entrevista semiestructurada. Se realizó el análisis temático de acuerdo con la convergencia de los relatos, de lo que resultaron las categorías temáticas: 1) Instrumento de la agresión; 2) Motivo de la agresión; y 3) Significado de la agresión. Los resultados permitieron percibir que los niños sienten miedo, tristeza, dolor, desamparo y revuelta en relación a los agresores. Se concluye que el sentimiento predominante en las víctimas de abuso físico es el miedo de nueva agresión, de las consecuencias de la denuncia, de la desintegración familiar, del destino después de la condición de protegidas, lo que puede dejar secuelas que nunca desaparecerán y las harán recordar los momentos difíciles vividos en la infancia.

Palabras clave: Agresión. Niño. Familia. Violencia Doméstica.

REFERÊNCIAS

1. Silva LL, Coelho EBS, Caponi SNC. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface*. 2007;11(21):93-103.
2. Faleiros VP, Faleiros E. Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2ª ed. Brasília(DF): MEC/UNESCO; 2008.
3. Ribeiro EM, Eckert ER, Souza AIJ, Silva AMF. Castigo físico adotado por pais acompanhantes no disciplinamento de crianças e adolescentes. *Acta Paul Enferm*. 2007;20(3):277-83.
4. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BR). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União. Brasília (DF); 1991.
5. Ferreira AL, Schramm FR. Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde. *Rev Saúde Pública*. 2000;34(6):659-65.
6. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 196, de 10 de Outubro de 1996. Diretrizes e normas sobre pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF); 1996.
7. Minayo MCS, Deslandes SF, Cruz Neto O, Gomes R, organizadores. *Pesquisa Social - teoria método e criatividade*. 29ª ed. Petrópolis(RJ): Vozes; 2010.
8. Silva LMP. Violência doméstica contra criança e o adolescente. Recife: Edupe; 2002.
9. Algeri S, Souza LM. Violência intrafamiliar contra a criança: uma análise crítico-reflexiva para a equipe de enfermagem. *Online Braz J Nurs*. [Internet]. 2005;4(3) [acesso 2009 Mar 22]. Disponível em: http://www.eficiencia.bio.br/Artigos%20Novos/OUTROS/ENFERMAGEM_05_NURSING%20ONLINE%20ALGERI.pdf
10. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy AJ, Zwi AB, Lozano R. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2002.
11. Guerra VNA. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 4ª ed. São Paulo: Cortez; 2001.
12. Nogueira JLA, Lima PRFL, Machado JC, Frota MA. Percepção da criança quanto a atitudes dos pais: uma abordagem baseada em evidências. 1º Simpósio Internacional de Violência e Saúde Mental; 22 junho 2008; São Paulo. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; 2008. p. 44-44.
13. Szymanski H. Teorias e "teorias" de famílias. In: Carvalho MCB, organizador. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez; 2003. p. 39-49.
14. Vasconcelos AC, Souza MB. As noções de educação e disciplina em pais que agredem seus filhos. *Psicologia*. 2006;37(1):15-22.
15. Oliveira EM, Jorge MSB. Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. *Rev Rene*. 2007;8(2):93-100.
16. Marchezan S, Ferreira C, Medeiros H, Pereira A. A enfermagem e a criança vítima de violência sob o olhar de Paterson & Zderad. *Cogitare Enferm*. 2009;14(1):44-51.
17. Martins CBG, Mello Jorge MHP. Maus-tratos contra crianças e adolescentes em município do sul do Brasil: características dos agressores. *Cienc Cuid Saúde*. 2009 Jul-Set;8(3):419-27.
18. Weber LND, Viezzer AP, Brandenburg OJ. O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estud Psicol*. 2004;9(2):227-37.
19. Silva JG, Gurgel AA, Frota MA, Vieira LJES, Valdés MTM. Promoção da saúde: possibilidade de superação das desigualdades sociais. *Rev Enferm UERJ*. 2008;16(3):421-5.
20. Bezerra LLAL, Nogueira JLA, Fernandes DLA, Mamede ALS, Valdês MTM, Frota MA. Violência doméstica sob a ótica criança de periferia. *Cad Esc de Saúde Publica*. 2010;4(1):9-13.

Endereço para correspondência: Mirna Albuquerque Frota: Rua Manoel Jacaré, 150, apto 1401, CEP: 60175-10, Fortaleza, Ceará.

Data de recebimento: 23/03/2010

Data de aprovação: 23/03/2011